

Deputados rejeitam aumento de 143% e insistem nos 62%

11 DEZ 1989

Cinco dias depois que os deputados aprovaram para si um aumento de 143%, oito parlamentares do PCB e PSDB entregaram à mesa diretora da Câmara um requerimento solicitando que sejam aplicados sobre seus salários apenas o índice de 62%. Foi este o percentual de reajuste que a própria Câmara aprovou para os servidores da União e do Legislativo. Ao mesmo tempo, o PT requereu que a mesa calcule o valor da diferença entre os dois índices, para que seus deputados possam depositar o excedente em juízo.

“Já abrimos mão da diferença e não queremos discutir o que a Câmara fará com ela porque o que está em jogo é o aspecto ético desse reajuste, e não o legal”, argumentou o deputado Sérgio Machado (PSDB-CE), um dos signatários do requerimento. PT e PSDB entraram com uma ação no Supremo Tribunal Federal questionando a constitucionalidade do aumento de 143%. Mas, independente de o Supremo considerá-lo legal ou não, seis deputados do PSDB já decidiram que não vão receber um centavo além da aplicação dos 62%. “Achamos, sim, que o deputado precisava ter um aumento, mas que o critério fosse igual para todos, e não diferenciado como o que a Câmara aprovou”, explicou Sérgio Machado.

Interpretações

Durante a tumultuada sessão em que o aumento foi votado, surgiram duas interpretações para a emenda que facultava ao deputado receber ou não o reajuste. Vários parlamentares do PMDB argumentaram que a recusa recairia sobre toda a verba de representação, sobre a qual foi aplicado o índice superior ao concedido ao funcionalismo. No calor da discussão, o de-



Thame devolverá diferença e pode perder verba de representação

putado Mendes Thame (PSDB-SP) chegou a abrir mão de toda a verba de representação, o que reduziria seu salário bruto de Cr\$ 2,5 milhões para Cr\$ 2 milhões. “Fiz isto porque o Genebaldo — o autor da emenda e líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia (BA) — quis nos pressionar com o tudo ou nada, e eu fiquei com o nada. Agora, a mesa que resolva o meu caso”, explicou Thame.

Ainda durante a sessão, o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), esclareceu o texto da

emenda, liquidando a polêmica. “A mesa não pode limitar o direito de renúncia, que pode ser exercido parcial ou integralmente, como queira o eventual renunciante”, disse Ibsen. Ainda assim, os 39 deputados que votaram contra o aumento não se livraram de pressões da direção da casa. Vários deles receberam telefonemas do diretor-geral, Adelmar Sabino, advertindo para o fato de que, se apresentassem requerimento renunciando ao aumento, teriam seus salários reduzidos, pois a mesa lhes cortaria toda a verba de representação.